



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI DE
ORIGEM LEGISLATIVA N.º 007/2019

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Incluso remeto à apreciação dessa Casa legislativa, o Projeto de Lei que institui a Semana Municipal de ações voltadas a disseminação do conhecimento jurídico nas escolas de ensino médio e fundamental – séries finais e de ensino médio - sobre aspectos básicos de direito do consumidor e ações voltadas a Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio.

A falta de conhecimento jurídico chama a atenção a vista da realidade vivenciada nos dias de hoje. E esta inquietação é que deu motivos para criar um projeto de lei que tenha como objeto a disseminação de conhecimento em Direito nas escolas do município de Jaguari.

O projeto nasce a partir de uma constatação bastante singela: você sai da escola absolutamente ignorante em matérias jurídicas.

A grande maioria chega a vida profissional sem os mínimos conhecimentos sobre direitos do consumidor ou aqueles ligados ao direito a vida, a dignidade, o respeito ao próximo, a segurança e possíveis consequências criminais sobre seus atos: falta a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, do exercício da cidadania, da tecnologia, das artes e dos valores morais e cívicos em que se fundamenta a sociedade.

Afinal, quantos consumidores hoje conhecem seus direitos ao adquirir um bem ou serviço? Será que não podemos sanar ou pelo menos reduzir a distância entre o conhecimento e a total ignorância desse direito, que é de extrema relevância?!

São muitos os cidadãos que desconhecem estar sendo vítimas de questões ligadas às práticas abusivas, publicidade enganosa, existência de prazo para o exercício do direito de reclamar, a forma como isso pode ou deve se dar, etc., permanecendo silentes e/ou inertes, tudo, por não ter um conhecimento mínimo de seus direitos.

Na prática, acabam sendo bastante prejudicados por esta falta de conhecimento e isto acaba elevando o número de ocorrências destas práticas, já que a maioria das empresas



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

acaba se aproveitando desta condição e assim, perpetuando a prática e lucrando indevidamente.

A busca pelo conhecimento jurídico não deixa de ser uma instrução que fará toda a diferença no futuro de cada pessoa, inclusive porque a vida de adulto em sociedade baseia-se sobretudo em deveres e direitos.

Além do mais, o conhecimento levado aos alunos e educadores, acaba sendo repassado para os pais e familiares. O conhecimento é sem dúvida uma forte arma na mão dos que a possuem. E o trabalho com os docentes visará sua qualificação para o desenvolvimento de atividades em sala de aula e disseminação para a comunidade escolar.

Na mesma linha, é crescente e cada vez mais alarmante e preocupante, o número de feminicídios e violências cometidas no ambiente doméstico, bem como, o cometimento de crimes por parte de um público cada vez mais jovem.

Nesse sentido, a Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, tornou-se principal instrumento legal para coibir e punir a violência doméstica praticada contra as mulheres no Brasil. A lei traz em seu bojo um conjunto de normas que visa proteger bem extremamente importante, qual seja, a família.

E a Lei Maria da penha não pode ser pensada e refletida, sem a análise conjunta com a recente Lei nº 13.104/2015, popularmente chamada de Lei do Feminicídio, que surgiu para tipificar o crime de homicídio doloso contra a mulher, por condição de sexo feminino, ou seja, quando for baseada no gênero, além de incluir o Feminicídio no rol dos crimes hediondos trazidos pela Lei 8.072/90.

A escola, enquanto oportunidade de socialização e formação, abre espaços de debate e reflexão. Por isso, ensinar sobre a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio nas escolas vai servir para desconstruir esses discursos sobre a violência, sobre a violência contra a mulher e a ainda arraigada desigualdade de gênero (sobretudo porque em cidades interioranas, ainda temos um pensamento e discurso bastante machista,) para trabalhar a igualdade, para que os jovens aprendam o que é conviver em sociedade, em harmonia e respeitando o próximo e a igualdade de gênero.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

Vivemos, infelizmente, em um momento de muitas perdas no campo dos direitos humanos e a educação é um fator fundamental para a prevenção e erradicação da violência, por isto, acreditamos que a escola tem papel fundamental na desconstrução da violência contra a mulher.

A iniciativa proposta pelo PL serve tanto para que as mulheres conheçam seus direitos e saibam como pedir ajuda, quanto para discutir violência de gênero e começar a conscientizar os homens sobre a sua crucial responsabilidade e consequências diante disso.

Finalmente, o projeto de lei em referência, vai de encontro, ainda, ao que determinam os incisos II e VI do art. 30 da Constituição Federal Brasileira, que diz que: “Compete aos Municípios: II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”; “VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental”.

Além do mais, é princípio geral do Direito e está incluso no art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942) que: “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Esse princípio faz bastante sentido quando a legislação é inspirada no certo e errado intuitivos, naquilo que pode ser chamado ‘Direito Natural’.

Entretanto, na sociedade contemporânea existem normas que não são intuitivas e tampouco são de amplo conhecimento.

Para viver em sociedade existe um preço a ser pago: a obrigação de procurar conhecer o direito. Por isso, quando é possível ao agente conhecer o direito, mas ele age de forma indiferente ou preguiçosa, a punição é aplicada.

Nesse sentido, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Jaguari/RS, 19 de junho de 2019.

Cátina Monteiro Frescura,
Vereadora.



PROJETO DE LEI DE INICIATIVA LEGISLATIVA N.º 007/2019

Institui a Semana Municipal de ações voltadas a disseminação do conhecimento jurídico nas Escolas de Ensino Médio e Fundamental – séries finais e de Ensino Médio - sobre aspectos básicos de Direito do Consumidor e ações voltadas a Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio.

Art. 1º. Fica instituído no Município de Jaguari as semanas voltadas à ações de disseminação dos direitos básicos do consumidor e Lei Maria da Penha – Lei Federal nº 13.827, de 13 de maio de 2019 - e Lei do Feminicídio – Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015.

§1º. A semana das ações voltadas a Lei Maria da Penha serão desenvolvidas anualmente durante o mês de março, quando se comemora o dia internacional da mulher.

§2º. As ações relativas ao Direito do Consumidor serão desenvolvidas anualmente durante o mês de setembro.

Parágrafo único. A periodicidade com que esta lei deve ser cumprida, propiciará, ainda, chegar ao conhecimento deste público todas as alterações legislativas que costumeiramente acontecem envolvendo o tema, propagando o tema sempre de maneira atualizada.

Art. 2º. No tocante a disseminação do conhecimento jurídico sobre direitos básicos do consumidor, esta Lei visa proporcionar:

I - Realização de breves explanações sobre a configuração da relação de consumo, englobando noções de consumidor, fornecedor, produto e serviço;

II - Que os alunos e educadores recebam informações sobre os direitos e deveres do consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor, especialmente questões ligadas às práticas abusivas, publicidade enganosa e afins, previstas na legislação consumerista.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

III – Que sejam abordados os cuidados referentes as compras presenciais, a garantia dos produtos (englobando a garantia legal, contratual e estendida), prazo para reclamação, forma de exercer-la, bem como, dicas e informações acerca das compras realizadas pela internet;

IV - Municar as pessoas e empodeira-las de conhecimento necessário para exercer seus direitos e deveres enquanto consumidores conscientes.

V – A reflexão sobre os processos de consumo existentes na contemporaneidade e a necessidade de se buscar estratégias alternativas de resolução de conflitos;

VI - Esclarecer a importância e a função dos órgãos de Defesa do Consumidor, municando o público envolvido com informações sobre tais espaços de atendimento;

VII - No âmbito Consumo sustentável, as atividades propõem reflexões sobre a importância da adoção de práticas de consumo que evitem o superendividamento e estejam de acordo com o orçamento doméstico e familiar.

Art. 3º. No tocante a disseminação do conhecimento jurídico sobre a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, esta Lei visa proporcionar:

I - Conhecimento e importância das leis Maria da Penha e do Feminicídio, direitos da mulher;

II - Conscientização sobre a prevenção, combate e punição contra atos de violência sofridos pela mulher;

III - As formas de violência abrangidas pela Lei Maria da Penha – física, psicológica, moral, sexual, patrimonial -, medidas protetivas;

IV - Onde e como procurar ajuda nas situações de violência doméstica praticada contra a mulher;



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

V- Possibilidade de erradicação da violência contra a mulher;

VI – Reforço da idéia de igualdade de condições de vida entre homem a mulher;

VII - Viabilização da prática de boas ações voltadas à:

- a) Paz;
- b) Não violência;
- c) Igualdade de condições de vida;
- d) Plena Cidadania;
- e) Conquista de direitos;
- f) Dignidade e respeito;
- g) Outras ações voltadas ao bem-estar da mulher.

Art. 4º. A presente lei tem como público alvo estudantes e educadores das escolas, tanto públicas como eventualmente particulares, da cidade de Jaguari-RS.

Art. 5º. A operacionalização do projeto poderá ser efetivada por meio de:

- I – palestras;
- II – estudos e debates;
- III – atividades/trabalhos/oficinas;
- IV – Visitas aos sistemas da Justiça e Polícia e/ou outros, a critério da escola.

Art. 6º. Para cumprimento desta lei, as escolas também poderão firmar parcerias com instituições de defesa dos direitos da mulher e do consumidor, universidades, organizações não governamentais que tenham interesse em ações



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

voltadas aos objetivos deste projeto, Promotorias de Justiça, Defensoria Pública e outros sistemas integrantes da Justiça e da Polícia.

Art. 7º. Esta lei poderá ser regulamentada, no que couber.

Art. 8º. A semana de ações voltadas a disseminação dos Direitos Básicos do Consumidor e Leis Maria da Penha e do Feminicídio, passarão a fazer parte do Calendário de eventos do Município.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.